



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO
EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2025 – CARGOS GERAIS
3º ADITIVO

A Prefeitura Municipal de EUSÉBIO - CE, pessoa jurídica de direito público, com sede situada na Rua Edmilson Pinheiro, nº 150 – Autódromo, 61.764-010, neste ato representada pelo prefeito, Exmo. Sr. **JOSÉ ARIMATÉA LIMA BARROS JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, apresenta o 3º Aditivo ao edital 002/2025, conforme a seguir:

CONSIDERANDO o princípio da publicidade norteador da administração pública, que implica na ampla divulgação de todos os seus atos internos e externos;

CONSIDERANDO o princípio da legalidade e vinculação aos termos do edital do certame;

DECIDE:

Art. 1º. – Fica reaberto o período de inscrições até o dia 25 de janeiro de 2026.

Art. 2º. – Fica RETIFICADO no Anexo I o cargo de **Auditor de Controle Interno**, conforme as disposições a seguir:

59 - Auditor de Controle Interno - ÁREA DE CONHECIMENTO: CONTABILIDADE

60 - Auditor de Controle Interno - ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

61 - Auditor de Controle Interno - ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA CIVIL

62 - Auditor de Controle Interno - ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO

Art. 3º. – Fica RETIFICADO no Anexo I o cargo de **Analista de Controle Interno**, conforme as disposições a seguir:

63 - Analista de Controle Interno - ÁREA DE CONHECIMENTO: CONTABILIDADE

64 - Analista de Controle Interno - ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º. – Fica retificado o ANEXO III - PROGRAMA DAS PROVAS os cargos de **Auditor de Controle Interno** e **Analista de Controle Interno**, conforme as disposições a seguir:

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO – CONTABILIDADE

AUDITORIA: Auditoria de regularidade e auditoria operacional. Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. Planejamento de auditoria. Plano de auditoria baseado no risco. Atividades preliminares. Determinação de escopo. Materialidade, risco e relevância. Exame e avaliação do controle interno. Risco inerente, de controle e de detecção. Risco de auditoria. Matriz de Planejamento. Programa de auditoria. Papéis de trabalho. Testes de auditoria. Amostragem. Execução da auditoria. Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. Evidências. Caracterização de achados de auditoria. Matriz de achados e matriz de responsabilização. Comunicação dos resultados: relatórios de auditoria. Monitoramento. Documentação da auditoria. **ORÇAMENTO PÚBLICO:** Conceito tipos e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Elaboração, aprovação, execução e avaliação do orçamento. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCs T 16.1.1 a 16.11.11. Lei Federal nº 4320/64 e suas alterações. **CONTABILIDADE GERAL:** Lei nº 6.404/1976 e suas alterações e legislação complementar. Lei nº 11.638/2007 e suas alterações e legislação complementar. Lei nº 11.941/2009 e suas alterações e legislação complementar. Lei nº 12.249/2010 e suas alterações e legislação complementar. Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elaboração de



demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pelos pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Demonstração de fluxos de caixa (métodos direto e indireto). Balanço patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração do valor adicionado. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração do resultado abrangente. Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa: conceúdo, classificação e critérios de avaliação. Contas a receber: conceito, conceúdo e critérios contábeis. Estoques: conceito e classificação. Critérios de avaliação de estoques. Realizável a longo prazo (não circulante): conceito e classificação. Ajuste a valor presente: cálculo e contabilização de contas ativas e passivas. Correção integral das demonstrações contábeis. Análise econômico-financeira. Indicadores de liquidez. Indicadores de rentabilidade. Indicadores de lucratividade. Indicadores de endividamento. Indicadores de estrutura de capitais. Análise vertical e horizontal. **CONTABILIDADE PÚBLICA:** Procedimentos contábeis orçamentários, procedimentos contábeis patrimoniais, procedimentos contábeis específicos. Plano de contas aplicado ao setor público. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição. Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF - 15ª Edição.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO – ECONOMIA

AUDITORIA: Auditoria de regularidade e auditoria operacional. Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. Planejamento de auditoria. Plano de auditoria baseado no risco. Atividades preliminares. Determinação de escopo. Materialidade, risco e relevância. Exame e avaliação do controle interno. Risco inerente, de controle e de detecção. Risco de auditoria. Matriz de Planejamento. Programa de auditoria. Papéis de trabalho. Testes de auditoria. Amostragem. Execução da auditoria. Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. Evidências. Caracterização de achados de auditoria. Matriz de achados e matriz de responsabilização. Comunicação dos resultados: relatórios de auditoria. Monitoramento. Documentação da auditoria. **ORÇAMENTO PÚBLICO:** Conceito tipos e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Elaboração, aprovação, execução e avaliação do orçamento. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCs T 16.1 a 16.11 11. Lei Federal nº 4320/64 e suas alterações. **ECONOMIA:** Economia Brasileira. Economia Brasileira Pós abertura 1990 até dias atuais: abertura, estabilização e crescimento econômico; Desigualdades regionais e urbanas; Expansão do setor agropecuário e interiorização do crescimento brasileiro; Desindustrialização e suas consequências; Tributação e justiça distributiva; Federalismo fiscal; Pobreza e insegurança alimentar e nutricional; Implicações e consequências socioeconômicas das mudanças climáticas. Macroeconomia. Matriz de contabilidade social; Matriz insumo-produto; Balanço de pagamentos; Síntese neoclássica: IS/LM com economia aberta e governo; Curva de Phillips; Expectativas; Oferta e Demanda Agregadas; Teorias do emprego e do desemprego; Modelo de três equações em economia aberta; Política monetária e fiscal; Finanças públicas; Dívida pública; Modelos de crescimento econômico: modelo de Solow; novos modelos de crescimento; modelo de crescimento endógeno; Política monetária e determinantes das taxas de juros; Incerteza e preferência pela liquidez; Minsky e a hipótese da instabilidade financeira; Modelos neokaleckianos: regimes de demanda wage-led e profit-led e regimes de produtividade; Modelos de crescimento comandado pelas exportações e com restrição no Balanço de Pagamentos. Microeconomia. Demanda do consumidor: Escolha do consumidor; Efeito preço, renda e substituição; Escolha sob incerteza; Excedente do consumidor; Demanda de mercado, receita e elasticidades. Oferta da firma: função de produção; elasticidade de substituição; Custos de produção; Função custo de curto e longo prazos; Oferta da firma e da indústria de curto e longo prazos. Teoria de Mercados: Concorrência perfeita e eficiência; Monopólio; oligopólio; concorrência monopolística. Equilíbrio geral e bem-estar: Equilíbrio em economia de trocas; Equilíbrio em economia de produção; Primeiro e segundo teoremas do bem-estar; Eficiência de Pareto. Falhas de mercado: Bens Públicos; Externalidades; Economia do setor público.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO – ENGENHARIA CIVIL

AUDITORIA: Auditoria de regularidade e auditoria operacional. Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. Planejamento de auditoria. Plano de auditoria baseado no risco. Atividades preliminares. Determinação de escopo. Materialidade, risco e relevância. Exame e avaliação do controle interno. Risco inerente, de controle e de detecção. Risco de auditoria. Matriz de



Planejamento. Programa de auditoria. Papéis de trabalho. Testes de auditoria. Amostragem. Execução da auditoria. Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. Evidências. Caracterização de achados de auditoria. Matriz de achados e matriz de responsabilização. Comunicação dos resultados: relatórios de auditoria. Monitoramento. Documentação da auditoria. **ORÇAMENTO PÚBLICO:** Conceito tipos e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Elaboração, aprovação, execução e avaliação do orçamento. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCs T 16.1 a 16.11 11. Lei Federal nº 4320/64 e suas alterações. **ENGENHARIA CIVIL:** Estruturas: resolução de estruturas isostáticas e hiperestáticas (reações de apoio, esforços, linhas de estado e de influência). Dimensionamento e verificação de estabilidade de peças de madeira, metálicas e de concreto armado e pretendido. Pontes. Resistência dos materiais. Fundações e Obras de Terra: propriedades e classificação dos solos, movimentos de água no solo, distribuição de pressões no solo, empuxos de terra, exploração do subsolo, sondagem. Barragens de terra. Fundações superficiais e profundas (estudos de viabilidade e dimensionamento). Hidráulica, Hidrologia e Saneamento Básico: escoamento em condutos forçados e com superfície livre (canais), dimensionamento. Máquinas hidráulicas, bombas e turbinas. Ciclo hidrológico, recursos hídricos superficiais e subterrâneos, hidrogramas, vazões de enchente. Captação, tratamento e abastecimento de água, redes de esgotos, tratamentos de esgotos, tratamentos de águas residuárias, instalações prediais, sistemas de drenagem pluvial, limpeza urbana. Materiais de Construção, Tecnologia das Construções e Planejamento e Controle de Obras: madeira, materiais cerâmicos e vidros, metais e produtos siderúrgicos, asfaltos e alcatrões, aglomerantes e cimento, agregados, tecnologia do concreto e controle tecnológico, ensaios. Construção de edifícios, processos construtivos, preparo do terreno, instalação do canteiro de obras, locação da obra, execução de escavações e fundações, formas, concretagem, alvenaria, esquadrias, revestimentos, pavimentações, coberturas, impermeabilizações, instalações, pintura e limpeza da obra. Licitação, edital, projeto, especificações, contratos, planejamento, análise do projeto, levantamento de quantidades, plano de trabalho, levantamento de recursos, orçamento, composição de custos, cronogramas, diagramas de GANTT, PERT/CPM e NEOPERT, curva S, Código de Obras. Estradas e Transportes: estudo e planejamento de transportes, operação, custos e técnicas de integração modal, Normas Técnicas (rodovias e ferrovias), fases do projeto, escolha do traçado, projeto geométrico, topografia, desapropriação, terraplanagem, drenagem, pavimentação, obras complementares, sinalização.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - DIREITO

AUDITORIA: Auditoria de regularidade e auditoria operacional. Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. Planejamento de auditoria. Plano de auditoria baseado no risco. Atividades preliminares. Determinação de escopo. Materialidade, risco e relevância. Exame e avaliação do controle interno. Risco inherent, de controle e de detecção. Risco de auditoria. Matriz de Planejamento. Programa de auditoria. Papéis de trabalho. Testes de auditoria. Amostragem. Execução da auditoria. Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. Evidências. Caracterização de achados de auditoria. Matriz de achados e matriz de responsabilização. Comunicação dos resultados: relatórios de auditoria. Monitoramento. Documentação da auditoria. **ORÇAMENTO PÚBLICO:** Conceito tipos e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Elaboração, aprovação, execução e avaliação do orçamento. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCs T 16.1 a 16.11 11. Lei Federal nº 4320/64 e suas alterações. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Ato Administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação; Anulação e revogação; Prescrição. Controle da administração pública: controle administrativo, controle legislativo e controle judiciário; Domínio público; Bens públicos: classificação, administração e utilização; Proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Contrato administrativo: conceito, peculiaridades, controle, formalização, execução e inexecução; Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e exigibilidade, procedimentos e modalidades, Lei 14.133/2021; Contratos de concessão de serviços públicos; Contratos de gestão. Agentes administrativos: investidura e exercício da função pública; direitos e deveres dos funcionários públicos. Regimes jurídicos; Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar; Poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. Princípios básicos da administração; Responsabilidade civil da administração: evolução



doutrinária e reparação do dano; Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder; Sanções penais e civis; Improbidade administrativa. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação; Concessão e autorização dos serviços públicos. Organização administrativa: noções gerais; Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada: autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Regimes jurídicos dos servidores públicos na Constituição Federal. Controle da Administração Pública. Controle político e administrativo. Conceito, fundamentos, natureza jurídica, objetivo e classificação. Controle e processo administrativo. Tribunal de Contas.

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO - CONTABILIDADE

CONTROLE EXTERNO E CONTROLE INTERNO: Constituição Federal: A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Controle da Administração Pública. Controle administrativo, judicial e legislativo. Controle Externo a cargo dos Tribunais de Contas. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). Noções de Programa de Integridade, Gestão de Riscos e Governança. **CONTABILIDADE GERAL:** Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – CPC 00 (R1). Diferença entre regime de competência e regime de caixa. Informações sobre origem e aplicação de recursos. Patrimônio. Componentes patrimoniais: Ativo, Passivo e Situação Líquida (ou Patrimônio Líquido). Equação fundamental do Patrimônio. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Conta: conceito. Débito, crédito e saldo. Função e estrutura das contas. Contas patrimoniais e de resultado. Balancete de verificação. Apuração de resultados. Escrituração. Sistema de partidas dobradas. Livros de escrituração: Diário e Razão. **CONTABILIDADE PÚBLICA:** Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16). Normas e Manuais editados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Secretaria do Orçamento Federal - SOF, referentes a: procedimentos contábeis orçamentários, procedimentos contábeis patrimoniais, procedimentos contábeis específicos, plano de contas aplicado ao setor público e demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA:** Orçamento Público: conceitos e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Classificação econômica da Receita e da Despesa pública. Conceito e estágios da Receita e da Despesa pública. Lei de Responsabilidade Fiscal. RREO e RGF. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Princípios da Administração. Organização Administrativa. Poderes da Administração. Poder de Polícia. Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005). Ato administrativo. Agentes Administrativos. Processo Administrativo. Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/21. Serviços Públicos (Lei nº 8.987/1995). Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004). Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO - ADMINISTRAÇÃO

CONTROLE EXTERNO E CONTROLE INTERNO: Constituição Federal: A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Controle da Administração Pública. Controle administrativo, judicial e legislativo. Controle Externo a cargo dos Tribunais de Contas. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). Noções de Programa de Integridade, Gestão de Riscos e Governança. **ADMINISTRAÇÃO GERAL:** Teorias de Administração. Planejamentos Estratégico, Tático e Operacional. Estratégias. Processo decisório. Estrutura organizacional. Visão das principais áreas funcionais de uma organização: marketing, finanças, recursos humanos, logística e produção. Organização, sistemas e métodos: comparação crítica das principais abordagens aos estudos das organizações. Problemas básicos de concepção das estruturas e processos organizacionais em diferentes níveis: global, intermediário e operacional. Ligações da estrutura e do processo com a estratégia e o desempenho. Gestão pela qualidade, qualidade total, 5S, programa PDCA. Administração de Recursos Humanos (RH): estratégias e desafios de RH. Clima organizacional e Cultura Organizacional. Planejamento de pessoal e sistema de informação de RH. Gerenciamento de Desempenho. Recrutamento e Seleção. Desenvolvimento de RH e treinamento. Competências pessoais e organizacionais, remuneração por desempenho ou por competência. Administração Logística: padronização, normalização, classificação e inspeção de materiais. Compras, especificações, seleção de fornecedores e análise de valor. Gestão de estoques. Logística de suprimentos. Gestão de transportes e de armazenagem. **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA:** Orçamento Público: conceitos e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Classificação econômica da Receita e da Despesa pública. Conceito e estágios da Receita e da Despesa pública. Lei de Responsabilidade Fiscal. RREO e RGF. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Princípios da Administração. Organização Administrativa. Poderes da Administração. Poder de Polícia. Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005). Ato administrativo. Agentes Administrativos. Processo Administrativo. Licitações e Contratos -



Lei nº 14.133/21. Serviços Públicos (Lei nº 8.987/1995). Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004). Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

Art. 5º. – Fica retificado o ANEXO IV - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS o cargo de **Auditor de Controle Interno**, o cargo de **Analista de Controle Interno** e o cargo de **Analista de Correição**, conforme as disposições a seguir:

CARGO	ATRIBUIÇÕES
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO	Realização de atividades de competência da Secretaria Municipal de Controladoria e Ouvidoria Geral do Município relacionadas à orientação, prevenção, fiscalização, auditoria, estudos, análise e avaliação: do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a execução dos programas de Governo e dos orçamentos do Município; da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades do Município, da aplicação de subvenção e renúncia de receita, bem como da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e entidades de direito privado; das operações de crédito, avais, garantias, contragarantias, direitos e haveres do Município; de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que recebam, mantenham guarda ou façam uso de valores e de bens do Município ou, ainda, que firmem contrato oneroso, de qualquer espécie; da execução de contratos de gestão com órgãos públicos, empresas estatais, organizações não governamentais e empresas privadas prestadoras de serviço público concedido, permitido ou autorizado; da arrecadação e gestão das receitas, bem como sobre renúncias e incentivos fiscais; dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial; das tomadas e prestações de contas de quaisquer responsáveis por órgãos da Administração Municipal; necessárias à apuração de atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos relacionados à execução de planos ou programas de governo e à gestão de recursos públicos; da eficiência do controle interno e da racionalização dos gastos públicos; do controle social sobre os programas contemplados com recursos do orçamento do Município; de processos relativos à assunção de obrigações financeiras e à liberação de recursos; do cumprimento dos contratos, convênios, acordos, ajustes e de outros atos de que resulte o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações do Município, e a sua conformidade com as normas e princípios administrativos; de apoio e orientação prévia aos gestores de recursos públicos para a correta execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Executivo Municipal; da padronização das atividades primárias e de apoio dos Sistemas de Controle Interno, Ouvidoria, Transparência e Integridade; da transparência da gestão pública, com o acesso pelo cidadão a informações acerca da aplicação dos recursos públicos e dos resultados dos programas governamentais; da ética na gestão pública; de outras áreas correlatas, nos termos da legislação vigente.
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	Realizar análises e avaliações dos processos administrativos, financeiros, orçamentários e operacionais da instituição, verificando conformidade com leis, normas e regulamentos internos. Monitorar a execução das políticas, metas e controles internos, identificando riscos, falhas, ineficiências e oportunidades de aprimoramento. Entender e aplicar o PDCA. Avaliar a regularidade da aplicação de despesas e recursos públicos, verificando legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia dos atos e procedimentos administrativos. Acompanhar licitações, contratos, convênios, patrimônio, transportes, almoxarifado, benefícios e demais instrumentos administrativos, conferindo adequação documental e cumprimento das exigências legais. Propor a implementação de novos controles, fluxos e mecanismos de monitoramento para reduzir riscos e fortalecer a governança. Acompanhar a execução orçamentária e financeira, verificando aderência ao planejamento, limites legais e compatibilidade entre receita e despesa. Monitorar o cumprimento das recomendações de órgãos de controle externo e acompanhar planos de ação internos e programas de integridade. Promover orientações, capacitações e suporte técnico aos setores da instituição sobre boas práticas de controle interno, integridade, compliance e gestão de riscos. Manter registros sistematizados das atividades de controle, garantindo rastreabilidade e transparência dos recursos e despesas públicas. Auxiliar na elaboração e atualização do Manual de Controle Interno, de Política visando a Gestão e Gerenciamento de Risco e demais instrumentos normativos voltados às três linhas (IIA). Realizar estudos técnicos e analisar por amostragem temas relacionados a controle, prestação de contas, ética e conformidade. Apoiar a gestão na tomada de decisões, fornecendo informações estratégicas baseadas em análises e indicadores de controle em prol da elaboração dos relatórios de controle nas prestações de contas. Auxiliar a atuação dos Agentes de Controle Internos e dos Ouvidores-Setoriais, sem realizar qualquer tipo ato de gestão e execução das secretarias e entidades públicas municipais.



ANALISTA DE CORREIÇÃO	<p>Fiscalização de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que recebam, mantenham guarda ou façam uso de valores e de bens do Município ou, ainda, que firmem contrato oneroso, de qualquer espécie, com garantia do Município; - verificação do cumprimento dos contratos, convênios, acordos, ajustes e de outros atos de que resulte o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações do Município, e a sua conformidade com as normas e princípios administrativos; - avaliação dos resultados da ação governamental e da gestão dos administradores públicos municipais, bem como da aplicação de recursos públicos por órgãos e entidades de direito público ou privado ou por pessoas físicas, sem prejuízo de outros controles pertinentes; - análise das prestações de contas da despesa orçamentária do Poder Executivo Municipal; - exame e certificação da regularidade das tomadas de contas dos responsáveis por órgãos da Administração Direta e dos dirigentes das entidades da Administração Indireta, bem como dos responsáveis por entidades que recebam transferências à conta do orçamento; - acompanhamento dos processos de arrecadação e recolhimento das receitas municipais, bem como da realização da despesa em todas as suas fases; - exame dos recursos oriundos de quaisquer fontes das quais o Município participe como gestor ou mutuário quanto à aplicação adequada de acordo com os projetos e atividades a que se referem; - apoio e orientação prévia aos gestores de recursos públicos para a correta execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Executivo Municipal; - fornecimento de informações a partir do monitoramento das receitas e despesas públicas do Poder Executivo Municipal; - acompanhamento das medidas de racionalização dos gastos públicos; - promoção do controle social, a partir da transparência da gestão pública; - produção de cenários relativos à despesa e receita pública municipal, para subsidiar decisões do núcleo estratégico do governo; - padronização das atividades e procedimentos do Controle Interno.</p>
------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 6º. – Os candidatos com inscrição já confirmadas em **002 ANALISTA DE CONTROLE INTERNO** e **003 AUDITOR DE CONTROLE INTERNO** poderão solicitar a mudança para outro cargo ou solicitar o reembolso do valor pago.

I – Para solicitar a mudança de cargo, o candidato deverá até o fim das inscrições enviar um e-mail para restituicao@institutoconsulpam.com.br indicando o código/cargo pretendido, além de CPF, RG e COMPROVANTE DE PAGAMENTO e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.

II – Para solicitar o reembolso o candidato deverá enviar um e-mail para restituicao@institutoconsulpam.com.br informado, em nome do candidato:

Conta:

Agência:

Nome do Banco:

CPF:

Chave PIX:

CPF, RG e COMPROVANTE DE PAGAMENTO:



ANEXO I – RELAÇÃO DOS CARGOS DO CONCURSO PÚBLICO, NÚMERO DE VAGAS, VENCIMENTO BASE, CARGA HORÁRIA E ESCOLARIDADE

CÓD.	CARGO	TOTAL DE VAGAS	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PcD*	VRN**	CR***	SALÁRIO INICIAL	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS NA POSSE
59	AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ÁREA DE CONHECIMENTO: CONTABILIDADE	1	1	0	0	5	R\$ 5.129,91	40 Horas Semanais	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Contábeis, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro no órgão de classe.
60	AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA	1	1	0	0	5	R\$ 5.129,91	40 Horas Semanais	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Economia ou Ciências Econômicas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro no órgão de classe.
61	AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA CIVIL	1	1	0	0	5	R\$ 5.129,91	40 Horas Semanais	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro no órgão de classe.
62	AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO	1	1	0	0	5	R\$ 5.129,91	40 Horas Semanais	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro no órgão de classe.
63	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO - ÁREA DE CONHECIMENTO: CONTABILIDADE	1	1	0	0	5	R\$ 3.049,44	40 Horas Semanais	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Contábeis, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro no órgão de classe.
64	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO - ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO	1	1	0	0	5	R\$ 3.049,44	40 Horas Semanais	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração ou Administração Pública, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro no órgão de classe.



Art. 6º. – Permanecem inalterados os demais itens e anexos constantes no Edital 002/2025 e seus anexos.

Eusébio - CE, 30 de dezembro de 2025

JOSÉ ARIMATÉA LIMA BARROS JUNIOR

Prefeito de Eusébio- CE